



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

PARECER JURÍDICO

REQUERENTE: Secretaria do Governo / Hemovida.

ASSUNTO: Parecer Jurídico - Parceria. Processo 1422/2025.

Associação dos Doadores Voluntários de Sangue do Município de Espumoso/RS. Entidade sem fins lucrativos. Pactuação com base na Lei Federal nº 13.019/2014. Objeto da parceria envolvendo ações específicas na doação de Sangue. Ação de terceiro – Chamamento Público – Termo de Fomento. Lei Federal 13.019/2014. Decreto Municipal nº 3.024/2017. Análise restrita aos aspectos jurídicos. Considerações. Parecer favorável, com condições.

Trata-se de consulta questionando a viabilidade jurídica de pactuação eventualmente a ser firmada com a Associação dos Doadores Voluntários de Sangue do Município de Espumoso/RS tendo como objeto projeto intitulado "Doação de Sangue e Plaquetas", e finalidade de angariar recursos públicos para promover e articular ações no sentido de incentivar, promover e impulsionar a ocorrência das pessoas a realizarem a doação de sangue e plaquetas almejando auxiliar a coletividade que necessita reposição junto aos estabelecimentos na região e na capital do estado. Neste sentido, a questão será analisada sob a égide do ordenamento jurídico e do interesse público envolvido, do que passo a tecer as seguintes ponderações:

A Associação dos Doadores Voluntários de Sangue do Município de Espumoso/RS é instituição caracterizada, como entidades sem fins lucrativos, que presta

"Sentinela do Progresso."



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

serviços de interesse da coletividade com atividade administrativa no endereço de sua sede e atividades em locais diversos que possuem capacidade e aptidão técnica da coleta de sangue e plaquetas, ordinariamente em bancos de sangue e plaquetas da região e certas vezes em atividades itinerantes previamente agendadas, organizadas e divulgadas as ações.

Destaca-se que a Lei Federal 13.019/14 estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 3.024/17 e pela Lei Municipal nº 4.448/23 que institui o programa municipal de parcerias (pmp) trazendo orientações ou instruções que definem um caminho complementar a legislação federal.

Em regra, a Associação dos Doadores Voluntários de Sangue do Município de Espumoso/RS atua no apoio a pacientes incertos e suas famílias a fim de viabilizar a reposição nos bancos de sangue e plaquetas, motivo pelo qual tem enfoque **na área de saúde**, sem fins lucrativos se adequando ao disposto no artigo 2º, Inciso I alínea 'a'¹ da Lei 13.019/14.

¹ Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - organização da sociedade civil:

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

Assim, entendo ser possível que o Poder Público atue, em mútua colaboração, com as ações desta entidade privada – almejando atingir a nobre proposta e finalidade exposta - bem como sejam custeadas por orçamento compatível **trazendo expressa origem da dotação orçamentária e origem dos recursos** de forma a dar sustentação a viabilidade de implementação.

Destaca-se que, referidas ações, de iniciativas da entidade são caracterizadas como ações de terceiros por ser praticadas através de ações privadas custeadas em parte com recursos públicos, onde através de Chamamento Público, descrito no artigo 2º, Inciso XII² e 23 e seguintes da Lei 13.019/14, *DEVEM SER* implementadas e formalizadas através do **Termo de Fomento conforme disciplina o artigo 16³ e 22 da Lei 13.019/14 e Artigo 5º⁴ e 3º inciso I⁵ do Decreto Municipal 3.024/17.**

² Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

XII - chamamento público: procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

³ Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Parágrafo único. Os conselhos de políticas públicas poderão apresentar propostas à administração pública para celebração de termo de colaboração com organizações da sociedade civil

⁴ Art. 5º O Termo de Fomento é o instrumento pelo qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública Municipal Direta e Indireta com organizações da sociedade civil com o objetivo de incentivar e reconhecer iniciativas próprias desenvolvidas ou criadas pelas organizações da sociedade civil, consubstanciadas em atividades ou projetos que tenham finalidades de interesse público.

⁵ Art. 3º Compete ao Prefeito e aos dirigentes das entidades da Administração Pública Indireta Municipal, na qualidade de administradores públicos:

I - **designar, por portaria de nomeação específica, a comissão de seleção, a comissão de monitoramento e avaliação e o gestor da parceria.**

G



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

Ocorre que, pelas peculiaridades da entidade se constata a Inviabilidade/inexistência de competição sendo a única entidade sem fins lucrativos, com capacidade técnica e operacional no município para atendimento da demanda proposta, seguindo as diretrizes e os princípios estabelecidos pela Lei nº 14.238/21, demonstrando a natureza singular do objeto da parceria e com fundamentos nos artigo 31⁶ e 32⁷ da Lei 13.019/14 e Artigo 17⁸ do Decreto Municipal 3.024/17, estando a meu ver justificada a exceção da inexigibilidade de chamamento público, a ser apreciada pelo gestor.

O artigo 20 do Decreto Municipal 3.024/17 elenca uma série de documentação a ser apresentada. Por se tratar de situação de INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PUBLICO entendo não ser condição em virtude de que referido artigo atribui caráter eliminatório, mas tendo em vista a alocação de recursos públicos **se orienta que a entidade apresente sua regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, assim como alvará de funcionamento, alvará sanitário, alvará de proteção e prevenção contra incêndio.**

⁶ Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000

⁷ Art. 32. Nas hipóteses dos arts. 30 e 31 desta Lei, a ausência de realização de chamamento público será justificada pelo administrador público.

⁸ Art. 17. O chamamento público poderá ser dispensável ou inexigível nas hipóteses previstas nos arts. 30 e 31 da Lei nº 13.019/2014, desde que prévia e devidamente justificado nos termos do art. 32 da referida Lei.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

Destaca-se que deverá ser dada atenção a publicização dos atos, nos termos dos artigos 10⁹ da Lei 13.019/14 e 40¹⁰ do Decreto Municipal 3.024/17.

Feitas as considerações cabíveis e pertinentes, ressalta-se que este Parecer tem caráter técnico opinativo, resguardado o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e a conveniência da prática do ato administrativo e nos termos expostos como fundamentado, **atendidos todos os requisitos citados na fundamentação do presente parecer, OPINO** de forma favorável.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Espumoso/RS, 14 de Maio de 2025.

EDUARDO DE CESERO

JURIDICO

⁹ Art. 10. A administração pública deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento.

¹⁰ Art. 40. O órgão ou entidade pública municipal promoverá a transparência das informações referentes às parcerias com organizações da sociedade civil, inclusive dos planos de trabalho aprovados, em dados abertos, devendo manter, nos termos previstos no art. 10 da Lei nº 13.019/2014, em seu sítio oficial na internet, a relação dos termos de colaboração e termos de fomento celebrados.

Parágrafo único. O órgão ou entidade pública municipal também divulgará, em seu sítio oficial na internet, os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos.

Balancete Orçamentário da Despesa
(Formato 1)

Período: Janeiro a Dezembro/2025

Poder: Consolidado

Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - 2014

Conta de Despesa Inicial: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - 3390.39.00.00.00.00

Conta de Despesa Final: CONTRATOS DE PATROCÍNIO - 3390.39.99.10.00.00

Reduzido	Descrição da Conta	Saldo Verba	Orçado Empenhado	Suplementado Liquidado	Reduzido Pago	Orçado Final Saldo Pagar
15	SECRETARIA GERAL DE GOVERNO		900.000,00	0,00	213.777,25	686.222,75
		210.045,06	476.177,69	259.105,50	237.452,95	238.724,74
15.01	GABINETE DO SECRETÁRIO		900.000,00	0,00	213.777,25	686.222,75
		210.045,06	476.177,69	259.105,50	237.452,95	238.724,74
15.01.2014	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA		900.000,00	0,00	213.777,25	686.222,75
		210.045,06	476.177,69	259.105,50	237.452,95	238.724,74
544 3390.39.00.00.00.0001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA		900.000,00	0,00	213.777,25	686.222,75
		210.045,06	476.177,69	259.105,50	237.452,95	238.724,74
	TOTAL GERAL DO BALANCETE		900.000,00	0,00	213.777,25	686.222,75
		210.045,06	476.177,69	259.105,50	237.452,95	238.724,74

ESPUMOSO - RS, 13 de maio de 2025

Gerson Lopes R. Machado
Prefeito Municipal

Luca Lira da Costa
Contador